

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº, 10.460.783/0001-40, estabelecida na SCIA QUADRA 15, CONJUNTO 02, LOTE 02, BRASÍLIA - DF, CEP nº. 71.850-010, neste ato por seu representante legal, Sr. Ray Estevam Morato Axhcar, brasileiro, casado, portador do RG nº. 2.704.891 SSP/DF e inscrito no CPF sob nº. 023.557.821-56, apresentar suas:

CONTRARRAZÕES

Ao Recurso Administrativo, interpostos por FORT CAR TURISMO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 05.066.377/0001-67, o que faz através do memorial anexo, requerendo seu recebimento e regular processamento, após cumprimento das formalidades legais.

Nos termos em que, espera deferimento.

Brasília - DF, 31 de julho de 2020.

BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - EPP

CNPJ sob nº. 10.460.783/0001-40

Sr. Ray Estevam Morato Axhcar,

CPF sob nº. 023.557.821-56

Sócio Diretor.

Thiago Januário de Andrade Thiago Portes Mól

OAB/DF 21.800 e OAB/GO 56.284-A OAB/DF 31.264

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO:

Recorrente: Fort Car Turismo Ltda - EPP.

Recorrida: BSB Locadora de Veículos LTDA - EPP.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 00004/2020.

Íncrito Sr. Pregoeiro,

I - SÍNTESE DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO nº. 00041/2020 - TER/BA:

A Recorrida, empresa BSB LOCADORA DE VEÍCULOS - EPP, em sede do processo licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, TER/BA, se consagrou ganhadora do certame, conforme pode-se observar nos autos do Processo Administrativo nº. 0050174-61.2019.

No decorrer da marcha licitatória, a Recorrente apresentou intenção de recurso e posteriormente protocolou minuta de Recurso Administrativo, argumentando "que houve identificação da proposta", requerendo a inabilitação da empresa BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - EPP.

Nesta oportunidade, a Recorrida apresenta seus memoriais em sede de contrarrazões, pugnando pela manutenção de sua habilitação, pelas razões de fato e de direito abaixo articuladas.

É o breve relatório.

II - DA TEMPESTIVIDADE:

Conforme se depreende a Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº. 00041/2020, restou conferido ao licitante, que apresentou Intenção de Recurso, prazo para interposição até o dia 29.07.2020, quarta-feira.

Da mesma forma, restou estabelecido o prazo até o dia 03.08.2020, segunda-feira, para a parte Recorrida se manifestar em sede de Contrarrazões Recursais.

Assim, a presente manifestação é tempestiva, devendo a Contrarrazão ser conhecida e acolhida.

III - DO MÉRITO:

III. 1 - DA INEXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA:

No caso dos autos, inviável qualquer provimento ao r. recurso apresentado, devendo a representável decisão recorrida ser mantida, confirmando-a e negando-se provimento as razões do Recurso Administrativo oferecido pela Recorrente, eis que a decisão do i. Pregoeiro nada mais fez do que aplicar o Direito, em consonância com a legislação vigente e exigências do Edital, inexistindo, neste caso, reparos.

Conforme cediço, com o início da vigência do Decreto nº 5.450, de 2005, que passou a regulamentar o pregão na forma eletrônica, tornou-se obrigatória a utilização desta modalidade pregão para aquisição de bens e serviços comuns, conforme destacado no Decreto:

Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

§ 2º Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

§ 1º O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

Com observância na legislação descrita, o objetivo licitatório do Edital nº. 00041/2020 é:

"A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço de locação de veículos de passeio (com motorista, incluindo seguro total e quilometragem livre) e Caminhões, para utilização pela Assistência de Transportes (ATRAN) durante o período eleitoral de 2020, destinados ao transporte de passageiros e materiais, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital - Termo de Referência".

Pois bem, nestes moldes transcorreu o processo licitatório, modalidade pregão eletrônico, 000041/2020, do

TER/BA, não havendo que se falar em irregularidades.

Não há dúvidas também que a recorrida apresentou o menor preço, cumprindo sua habilitação as regras do Edital. Todavia, em nítido caráter protelatório, aduz a recorrente que a empresa BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA – EPP: “identificou sua proposta, violando as regras do item 6.3”.

Ao contrário das argumentações lançadas nas razões recursais, a recorrida cumpriu pormenorizadamente todos os pontos constantes no edital licitatório, não havendo qualquer falta de congratulação nas exigências constantes no texto do certame.

Ademais, diversamente do que aponta a recorrente, o item 4.5.1 do Edital descreve que: “Os documentos que compõe a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances”. Assim, não há como inabilitar o licitante pelas razões descritas no recurso.

Imperioso, também, ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (Grifo nosso)

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto nº 5.450/05:

“Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.” (Grifo nosso)

É indiscutível que o Administrador responsável deve sempre avaliar o conjunto de concorrentes, evitando-se, a todo custo, inabilitações e/ou desclassificações precipitadas, cujos motivos ensejadores possam ser facilmente superados.

É de se esperar que aquele proceda com especial cautela na avaliação da documentação disponibilizada, já que lida com recursos públicos, sendo-lhe vedado levar a cabo exclusões sumárias e desarrazoadas.

Pois bem, diante tais explanações e com base nos atos praticados no processo administrativo, não se vislumbra, ao contrário do informando pela Recorrente, qualquer identificação da proposta anexada ao sistema, não havendo qualquer violação a legislação vigente, muito menos aos termos do edital.

Por outra borda, ressalta-se, que mesmo considerando que o procedimento licitatório deve observar as regras dispostas no edital, tais regras não podem ter caráter absoluto, quanto trata-se de questões sanáveis, ao ponto de se admitir interpretações em descompasso com o fim precípua do processo licitatório, qual seja a escolha da proposta mais vantajosa.

Sobre tais pontos, assim vaticina a jurisprudência do TJMG:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA – MEDIDA LIMINAR- TOMADA DE PREÇOS – DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA – EXCESSO DE FORMALISMO. 1. Para a concessão de medida liminar em mandado de segurança, exige-se fundamento relevante (fumus boni juris) e urgência ou risco de ineficácia do provimento (periculum in mora). 2. Em virtude do princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º da Lei nº. 8.666/93), tanto a administração pública quanto os concorrentes de procedimento licitatório devem observar as regras dispostas no edital em todas as fases do certame. 3. Referido princípio não tem caráter absoluto, ao ponto de se admitir interpretações literais das regras editalícias em desacordo com o próprio fim precípua do processo licitatório, qual seja a escolha da proposta mais vantajosa. TJ-MG – Agravo de Instrumento- Cv AI 10000190939645001 MG (TJ-MG).

Nesse diapasão, requer que caso seja conhecido essa matéria recursal, que a ela seja negado provimento, mantendo a classificação da Recorrida, além, ainda, dos demais atos do processo licitatório.

IV – DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, requer:

1) Que seja negado provimento as razões recursais, mantendo a classificação da Recorrida e os demais atos do processo licitatório incólume, por ser medida de direito e da mais lícita justiça.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Brasília – DF, 31 de julho de 2020.

BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - EPP

CNPJ sob nº. 10.460.783/0001-40

Sr. Ray Estevam Morato Axhcar,

CPF sob nº. 023.557.821-56

Sócio Diretor.

Thiago Januário de Andrade Thiago Portes Mól

OAB/DF 21.800 - OAB/GO 56.284-A OAB/DF 31.264

[1] “É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame” (Acórdão TCU nº 1.795/2015-Plenário).

[2] “É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993” (Acórdão TCU nº 3.615/2013-Plenário).

[3] “Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993)” (Acórdão TCU nº 3.418/2014-Plenário).

[4] Nesse sentido: Acórdão TCU nº 2.459/2013-Plenário.

[5] Nesse sentido: Acórdão TCU nº 4.650/2010-1ª Câmara.

[6] Nesse sentido: Acórdão nº 300/2016-Plenário.

[7] Nesse sentido: Acórdãos TCU nº 1.612/2010-Plenário e nº 918/2014-Plenário.

[8] Nesse sentido: Acórdão TCU nº 1.849/2016-Plenário.

9] AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Princípio da juridicidade x princípio da legalidade estrita nas licitações públicas.. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2366, 23 dez. 2009. Disponível em: . Acesso em: 25 jan.

2017.

[10] Nesse sentido: STF - RMS 23.714/DF; STJ - ROMS 200000625558 e STJ - MS 199700660931

Fechar